

# Amanhã não é o dia do Trabalhador

NÃO, NÃO É O DIA DAS MULTIDÕES EXPLORADAS, DO POVO QUE PRODUZ EM BENEFÍCIO DA BURGUESIA PARASITÁRIA, DO OPERÁRIO CONSCIENTE DO SEU DIREITO À VIDA!  
NÃO, AMANHÃ NÃO É O NOSSO DIA! NÃO É O DIA DOS LUTADORES DA CAUSA PROLETÁRIA.

DOS PROPAGANDISTAS DO IDEAL DE EMANCIPAÇÃO HUMANA!  
AMANHÃ É O DIA DA BURGUESIA! AMANHÃ AS MULTIDÕES ENGANADAS POR AGITADORES COMISSIONADOS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS VÃO ESCOLHER O "CHEFE SUPREMO

DO ESTADO", DO ÓRGÃO DE DEFEZA E RESISTÊNCIA DA SOCIEDADE BURGUESA, FUNDADO NA OPRESSÃO E NA EXPLORAÇÃO DO POVO TRABALHADOR! E ENTRE ESSES CANDIDATOS À "CHEFE SUPREMO" DO GOVERNO BURGUES, ENCONTRA-SE, TAMBÉM, O NOME DE UM BUR-

GUÊS, EXPLORADOR E LADRAVAZ, APRESENTADO. — IRONIA DOLOROSA DOS FATOS! — PELO PARTIDO QUE SE DIZ "DO PROLETARIADO E DO POVO!"  
NÃO,  
NÃO, AMANHÃ NÃO É O NOSSO DIA! MAS ESSE DIA NÃO TARDARÁ! E ESSE DIA, — O NOSSO

DIA, — SERÁ O DAS RETVINDICAÇÕES PROLETÁRIAS, O DA EMANCIPAÇÃO HUMANA, O DO ESTABELECIMENTO DE UMA NOVA SOCIEDADE, ONDE NÃO HAVERÁ MISÉRIA E RIQUEZA, RICOS E POBRES, EXPLORADOS E EXPLORADORES, OPRESSORES E OPRIMIDOS!

## REMODELAÇÕES

Diretora-proprietária:  
MARIA IEDA DE MORAIS

SEMANARIO DE ORIENTAÇÃO COMUNISTA LIBERTÁRIA

Redator-chefe:  
MOACIR CAMINHA

NÚMERO VIII

RIO DE JANEIRO, 1 DE DEZEMBRO DE 1945

ANO I

### PRIMAVERA de IDEIAS Princípios e fins do Comunismo Libertário

SOUZA PASSOS

JOSE OITICICA

Vale a pena lembrar agora, neste fim de guerra, quando ainda se encontram calcinadas pelos bombardeios aéreos as mais lindas cidades do mundo; quando as populações atingidas pelos horrores da carnificina brutal desencadeada pelo capitalismo erguem os braços descarnados, suplicantes, pedindo socorros urgentes para não morrerem de fome; quando alguns milhões de mutilados se arrastam mostrando os tocos de braços e frangalhos de pernas como prêmio da vitória, vale a pena lembrar, repetimos, velhos conceitos do pensamento libertário. Encontramos nas páginas de "Ideário", de Ricardo Mella, este trecho escrito em 1911:

"As ditaduras estão na própria essência do poder, e nenhum fruto diferente pode obter-se da mesma árvore. Até mesmo as massas populares, quando se apossam do Estado, se entregam frenéticas à ditadura. Não existe mais do que uma razão retilínea, um imperativo onipotente: a sua vontade soberana. Obrigar, forçar, impôr constitui toda a seiva da autoridade, seja quem for que a exerça, povo, indivíduo ou grupo de indivíduos. Acima dos mais belos propósitos, o determinismo das coisas conduz à exaltação do triunfador. Quando uma guerra estala, está fecundando outra guerra próxima. É a lógica do princípio de autoridade, do erro político que consiste em se crer que é necessária a instituição de um poder público. O poder, de cima ou de baixo, é fatalmente ditadura, despotismo, tirania. A simples dúvida é rebeldia; e a rebeldia se converte em acicute de todo abuso autoritário. Os aplausos se obtêm apenas até à véspera do triunfo. No dia seguinte, o rebelde adquire o conceito de presidente".

Não podemos fugir, como se vê, ao realismo dos fatos! O Estado, qualquer que seja a sua forma estrutural, não só é impotente para evitar as guerras, mas constitui a causa principal, senão a única, de todos os conflitos sociais. Isto vem a propósito da impressão que nos deixa a leitura dos jornais, em seu noticiário internacional, acerca dos problemas que se apresentam aos chefes de Estado de todos os países na atualidade, problemas de ordem moral, econômica, política e social, que se tornam mais complicados e difíceis de resolver quanto mais se acentua a evolução científica em todos os ramos do conhecimento. Estamos na era atômica, isto é, o homem atingiu à perfeição de captar a energia do próprio sistema do mundo, e conservamos, em contraste com o fatalismo científico, no terreno social, os mesmos conceitos das épocas pre-históricas: não sabemos viver senão como escravos. Escravos de medo, escravos das conveniências, escravos dos dogmas, escravos do amor, escravos do trabalho, escravos do poder, escravos de tudo, até de nós mesmos!

Ao terminar-se a primeira guerra mundial, que durante quatro anos fez esguichar sangue humano nos campos da Europa; que deixou filar intermináveis de cruces assinalando vidas mortas em substituição aos trigais maduros, aos milharais verdejantes, às pastagens alegres e às florestas palpitantes de vida e mistério, todos acreditavam que seria a última guerra. Fizeram crer aos povos inermes que o san-

que derramado, a viuvez e a orfandade deixadas pela guerra teriam como prêmio a paz futura, o direito e a justiça, a abundância e a garantia do amor e da liberdade. Todos se enganaram. Vinte anos depois, quando uma nova geração já reparava as perdas de vidas humanas ceifadas aos milhões; quando se abriam as esperanças dessa mocidade herdeira dos despojos da tremenda chacina, o capitalismo, a ambição de mando, o princípio de autoridade consubstanciados no fascismo, louro ou moreno, vindo das florestas negras das tribos germânicas ou dos bandos armados da Roma imperialista, afundou de novo, desta vez levado ao requinte de crueldade, o mundo em sangue. De novo os campos e os mares ficaram juncados de cadáveres. De novo se agitam tocos de braços mutilados e frangalhos humanos se arrastam nas ruas desoladas e sem vida.

Todos se enganaram, não: os anarquistas não se enganaram. Debalde as portas dos cárceres se abriam e cerravam para reduzi-los ao silêncio. Em vão se fizeram e fazem ouvir as marchas militares para confundir-lhes a canção da liberdade.

Apontados como inimigos da família, atirados aos calabouços, apodrecidos nos destellos, caluniados, os anarquistas sabiam que a humanidade caminhava às cegas, levada pela mão dos tiranos transformados em salvadores, para a única solução que o capitalismo encontra de resolver os problemas sociais: a guerra! Sabiam-no, não porque advinham, mas porque, habituados à análise dos fatos históricos, conhecem as causas que determinam todas as guerras. E agora, como há cem anos, ontem como hoje, os anarquistas reconhecem, amargurados na sua impotência, mas sonhadores e idealistas, que o panorama não mudou, porque não foram removidas as causas cujos efeitos a humanidade acaba de sofrer.

Mais uma noite medieval passou pelos destinos do mundo, mais uma vez as sereias da política cantam lóas à liberdade que surge, ainda ensanguentada e róta da réfrega, para dar ao povo a ilusão de que vai começar uma nova era de paz e de amor. E nesta primavera de idéias, neste florir da aurora boreal do futuro, os anarquistas desejariam enganar-se, dizendo que, sobre os cadáveres de milhões de seres humanos que tombaram; sobre a cinza quente dos corpos incinerados das vítimas dos campos de concentração nazistas; sobre a palidez das crianças famintas e sem teto, sobre os farrapos negros das viúvas, o choro das mães e o desespero das noivas; sobre os destroços, enfim, da guerra que acabou, o capitalismo arquiteta já, sádicamente, criminosamente, o arcabouço de outras guerras.

Desejariam enganar-se, mas não se enganam. E não se enganam por uma razão muito simples: as raízes profundas da árvore que Sebastian Faure, com a lógica dos seus argumentos incontestáveis, estampou nas páginas de "A DÓR UNIVERSAL" continuam a dar-lhe seiva. A ignorância, a superstição, as religiões, o imperialismo, o capital e os preconceitos sociais, dão vida ao princípio de autoridade incorporando a árvore do Estado, que nos dá os frutos que só pode dar: a miséria, a

I — Os homens se associam para garantir sua existência e reprodução, obter o máximo de felicidade, melhorar a espécie, física, mental e moralmente.

II — O máximo de felicidade de um depende do máximo de felicidade de todos.

III — Não correspondendo o regime social vigente a tais fins, achamos indispensável uma reorganização completa da sociedade.

IV — Só pela ciência se pode reorganizar a sociedade e manter-se com proveito.

V — Sociedade é a união instintiva dos homens para aproveitamento máximo das energias, visando o desenvolvimento máximo das energias humanas, com o mínimo de desperdício total.

VI — As energias humanas são de cinco espécies: física (corpo são), mental (inteligência), moral (vontade), prática (habilidade), social (solidariedade).

VII — É bem tudo quanto concorre para aumentar a energia útil ou evitar seu desperdício, e mal tudo quanto concorre para aumentar o desperdício de energias ou evitar o seu aproveitamento.

VIII — Um ato que acarreta desperdício de energias cósmicas será bom desde que aumente as energias humanas, principalmente a solidariedade.

IX — As energias cósmicas devem ser todas gratuitas como o sol e o ar. A terra, energia cósmica deve ser gratuita; condenamos, por isso, sua repartição em lotes passíveis de compra e venda.

X — O aproveitamento das energias cósmicas se faz pelo trabalho.

XI — Todo o indivíduo tem direito à porção de energia cósmica suficiente para manter-se com o maior conforto possível, enquanto viver, sem prejuízo do conforto alheio. Para isso, deve concorrer com o máximo de trabalho útil, exigido pela sociedade.

XII — Cada indivíduo deve trabalhar segundo as suas forças para receber segundo as suas necessidades.

XIII — É antissocial e, por isso, imoral a apropriação ou acumulação de energias por um ou mais indivíduos em detrimento dos demais. Condenamos, portanto, o regime da propriedade particular.

Nota da Redação: — Souza Passos é o pseudônimo de um velho lutador de São Paulo, redator que foi da "Lanterna" e da "Plebe". Foram um conforto para nós essas palavras da sua carta: — "Com os aplausos de um velho lutador pela iniciativa de um jornal diferente e cuja necessidade se fazia sentir. O jornal é vivo, dinâmico, bem à altura do momento".

XIV — A propriedade particular nasceu do roubo a mão armada e se mantém pela violência dos possuidores sobre os não possuidores e pelo roubo dos grandes possuidores sobre os pequenos.

XV — O regime de apropriação e acumulação dos bens terrenos gera, naturalmente, a concorrência econômica.

XVI — Sendo a concorrência econômica a luta entre os homens para apreensão e gozo individual do máximo de energias úteis, produz extraordinário desperdício de energias, criando serviços supérfluos ou prejudiciais (reclamos, agentes, processos, tribunais, polícias, exércitos, esquadras, funcionárias, diplomatas e comerciantes).

XVII — Para manter esse regime os possuidores garantem sua posse por meio do Estado.

XVIII — O Estado, órgão sustentador da propriedade particular, baseia-se em leis impostas aos não possuidores ou aos pequenos possuidores.

XIX — A classe dos grandes possuidores, constitutiva do Estado, sempre criou para seus membros inúmeros privilégios que os eximiam das leis. Somente as contínuas revoltas dos não possuidores tem conseguido cercar tais privilégios.

XX — O Estado garante a execução das leis protetoras da propriedade particular por meio da violência (força armada). O Estado é, por isso, instituição antissocial e imoral.

XXI — O regime social da propriedade acumulável (capital) cria a agiotagem.

XXII — Agiota é todo aquele que tira sua subsistência, não de um trabalho produtivo da riqueza, mas de um ágio nos produtos dos trabalhadores. São agiotas todos os intermediários entre o trabalhador e o consumidor.

XXIII — Os consumidores que não produzem trabalho útil (soldados, tabeleiros, empregados em bancos, advogados, padres, etc.) embora não agiotas, concorrem para aumentar o ágio tomado pelos agiotas, porque são instrumentos deles, por eles pagos.

XXIV — Comunismo anárquico ou anarquia é o regime social sem agiotagem.

XXV — Sendo a moeda o instrumento da concorrência, não pode subsistir numa sociedade comunista.

XXVI — Todos os vícios humanos (fumo, alcoolismo, morfismo, jôgo, prostituição, cafetismo, etc.) originam-se da concorrência econômica, são por ela mantidos e garantidos pelo Estado.

XXVII — Todo indivíduo tem direito de expor seus pensamentos e crenças, associar-se para fins recreativos, científicos, artísticos ou religiosos, desde que se evite a agiotagem.

XXVIII — A educação deve obedecer à seguinte orientação psicológica: até os sete anos em geral, a criança educa as percepções; dos sete aos quatorze, apreende as noções; dos quatorze aos vinte e um, desenvolve o raciocínio. Deve haver, pois, três

graus: elementar, primário e secundário.

XXIX — A educação profissional (energia de habilidade) acompanhará gradativamente a educação mental.

XXX — O ensino deve ser integral até os vinte anos e garantido para todos. Os indivíduos que revelarem vocações especiais deverão especializar-se em curso superior (medicina, engenharia, pedagogia, ciências puras, etc.).

XXXI — A educação comunista visa a desenvolver o mais possível a capacidade de energia de todos.

XXXII — A sociedade comunista visa a extinguir os prazeres prejudiciais facultando, a todos, os prazeres físicos, espirituais e morais verdadeiramente proveitosos.

XXXIII — A sociedade comunista, por meio de seus congressos científicos, visa a dar ordem às pesquisas científicas, feitas hoje sem orientação geral.

XXXIV — Reconhecendo prejudicialíssima à saúde e à moralidade a grande aglomeração de indivíduos, a sociedade comunista não admitirá cidades como as de hoje, criações do parasitismo explorador e da burocracia do Estado.

XXXV — O fim mais alto do comunismo é a elevação da plebe aos sentimentos e gostos aristocráticos, substituindo, assim, a democracia atual grosseira por uma aristocracia humana geral.

XXXVI — Sendo o sufrágio universal um processo de usurpação política da democracia, declaramo-lo prejudicial à renovação humana, repelindo qualquer plano revolucionário baseado nele.

XXXVII — Toda mulher deve ter o curso completo de pedagogia, destinar-se, ou não, a professora.

XXXVIII — O amor deve ser livre, como o pensamento e o trabalho, de qualquer tirania ou preconceito. Amor livre não quer dizer licencioso, mas liberdade; não é promiscuidade de sexos, mas liberdade de se unirem os sexos por afeição recíproca, sem medo de constituir família, pois a sociedade comunista garante a manutenção de todos as crianças.

XXXIX — Reconhecemos necessária e moral a prática da eugenia, para melhorar a espécie humana e evitar maior degenerescência.

XL — Proclamamos como ideal humano a monogamia e aceitamos como princípio moral a fidelidade dos esposos.

XLI — Condenamos, em princípio, o celibato, sendo entretanto livre a qualquer indivíduo conservar-se celibatário ou fazer votos religiosos de qualquer natureza, desde que não prejudique a outrem.

XLII — Só tem direito aos produtos sociais quem trabalha, salvo os naturalmente incapazes.

XLIII — Consideram-se incapazes de trabalho profissional os interditos, os menores de vinte e um anos, as mulheres nos três últimos meses de gestação e no parto, os velhos de mais de sessenta anos.

(continua na 2.ª pág.)





